



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Republicanos/AM

Apresentação: 10/07/2026 13:55:45.357 - Mesa

RIC n.2187/2026

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2026

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações à Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação acerca da atuação do INPE e do Cemaden na produção de dados, monitoramento, modelagem e alertas sobre desmatamento, áreas degradadas, seca e riscos climáticos no Estado do Amazonas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, após consulta à Mesa, que sejam solicitadas informações à Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sra. Luciana Santos, acerca da atuação do INPE e do Cemaden na produção de dados, monitoramento, modelagem e alertas sobre desmatamento, áreas degradadas, seca e riscos climáticos no Estado do Amazonas, conforme segue:

- 1) Considerando a necessidade de integração entre dados ambientais, climáticos e socioeconômicos para subsidiar políticas públicas na Amazônia, o MCTI, por meio do INPE, do Cemaden ou de outras unidades vinculadas, possui estudos, bases de dados, análises técnicas ou modelos que relacionem vulnerabilidade socioeconômica, pressão territorial, eventos climáticos extremos e avanço do desmatamento no Estado do Amazonas?
- 2) O INPE possui levantamento atualizado sobre a evolução do desmatamento no Estado do Amazonas nos anos de 2024, 2025 e 2026, com recorte por município? Em



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 e-mail: dep.amommandel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD260716731100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel





caso positivo, encaminhar os dados, a metodologia utilizada e a identificação dos municípios com maior incremento de desmatamento.

3) Considerando a relevância do Amazonas para a conservação da floresta amazônica, o INPE possui série histórica sobre a extensão de áreas desmatadas no Estado, especialmente em regiões de predominância florestal ainda preservada? Em caso positivo, encaminhar a distribuição territorial desses dados, com recorte por município, quando disponível.

4) O INPE dispõe de mapeamento de áreas já desmatadas, degradadas, subutilizadas ou convertidas em pastagens no Estado do Amazonas que possa subsidiar políticas públicas de recuperação produtiva, restauração, bioeconomia ou uso sustentável de áreas já abertas?

5) Considerando a importância de evitar o avanço do desmatamento sobre áreas ainda preservadas, há bases de dados, mapas, modelos ou produtos técnicos do INPE que permitam identificar áreas prioritárias no Amazonas para uso produtivo sustentável de áreas já abertas, degradadas ou subutilizadas?

6) Quais municípios amazonenses apresentam, segundo dados do INPE, maior sobreposição entre alertas de desmatamento, focos de calor, áreas degradadas e expansão de atividades antrópicas nos anos de 2024, 2025 e 2026?

7) O INPE possui dados integrados ou painéis públicos que permitam cruzar informações de desmatamento, degradação florestal, focos de calor, uso e





cobertura da terra e áreas já convertidas no Estado do Amazonas? Em caso positivo, indicar os sistemas disponíveis, periodicidade de atualização e formas de acesso público.

8) Considerando a necessidade de detecção tempestiva de novas frentes de desmatamento, quais ferramentas de monitoramento do INPE são utilizadas para identificar alterações no Estado do Amazonas, especialmente em áreas sob pressão de expansão agropecuária, abertura de ramais, exploração irregular de madeira ou ocupação desordenada?

9) O MCTI, por meio do INPE, do Cemaden ou de outras unidades de pesquisa, possui estudos, projeções ou modelos sobre os impactos do desmatamento no Amazonas sobre o regime de chuvas, a intensificação da seca, a ocorrência de queimadas e a estabilidade climática regional?

10) Considerando a recorrência de eventos extremos na Amazônia e os impactos da seca sobre comunidades, infraestrutura e serviços essenciais, o Cemaden possui monitoramento específico sobre riscos climáticos, hidrológicos ou socioambientais no Estado do Amazonas, especialmente em municípios vulneráveis à seca, queimadas, isolamento territorial e degradação ambiental? Em caso positivo, encaminhar os boletins, alertas, relatórios ou produtos técnicos disponíveis.

11) O MCTI possui pesquisas, projetos ou programas voltados ao desenvolvimento de tecnologias sociais, inovação produtiva, bioeconomia, sistemas agroflorestais, restauração produtiva ou aproveitamento sustentável de



* C D 2 6 0 7 1 6 7 3 1 1 0 0 *





áreas degradadas no Estado do Amazonas?

12) Quais projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico ou inovação financiados pelo MCTI, CNPq, Finep ou unidades vinculadas estão em execução no Amazonas com foco em bioeconomia, cadeias da sociobiodiversidade, recuperação de áreas degradadas, restauração florestal produtiva ou uso sustentável da biodiversidade?

13) Considerando que dados científicos podem orientar políticas públicas de desenvolvimento sustentável, há articulação entre o MCTI, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Governo do Amazonas e instituições de pesquisa locais para transformar dados sobre desmatamento, áreas degradadas, risco climático e vulnerabilidade territorial em ações de geração de renda sustentável?

14) O MCTI possui estudos ou estimativas sobre o potencial de geração de emprego, renda e inovação a partir do uso sustentável de áreas já desmatadas ou degradadas no Amazonas, inclusive por meio de sistemas agroflorestais, espécies nativas de alto valor econômico, bioinsumos, bioprodutos ou cadeias da bioeconomia?

15) Considerando a necessidade de ampliar a transparência e o acesso público a informações estratégicas sobre a Amazônia, quais medidas o MCTI vem adotando para disponibilizar, de forma acessível a gestores públicos, municípios, pesquisadores e sociedade civil, dados





integrados sobre desmatamento, áreas degradadas, risco climático, vulnerabilidade socioambiental e oportunidades de recuperação produtiva no Estado do Amazonas?

Na oportunidade, solicito ainda, o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário. Adicionalmente, rogo que quaisquer respostas adicionais, planilhas e documentos em geral sejam fornecidos em anexo ao ofício principal de resposta, sem que haja a necessidade de consulta a links com prazos estipulados, ou que partes das respostas sejam enviadas por meio diferentes de comunicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Amazonas enfrenta, ao longo de 2026, um cenário de elevado risco ambiental decorrente da previsão de estiagem severa, da possibilidade de intensificação do fenômeno El Niño e do consequente aumento da probabilidade de ocorrência de queimadas e incêndios florestais¹. Partindo desse pressuposto, o presente Requerimento de Informação tem por finalidade obter esclarecimentos acerca da atuação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – Cemaden e de outras unidades vinculadas, na produção, integração e disponibilização de dados técnicos sobre desmatamento, áreas degradadas, focos de calor, seca, riscos climáticos e vulnerabilidade socioambiental no Estado do Amazonas.

A formulação de políticas públicas eficazes para a Amazônia depende de informações científicas atualizadas, territorializadas e acessíveis. No caso do Amazonas, a extensão territorial, a presença de áreas ainda amplamente preservadas, a existência de municípios sob pressão de desmatamento, a recorrência de eventos extremos de seca e o aumento do risco de queimadas tornam indispensável o uso de dados qualificados para orientar a atuação do Poder Público.

¹ JUNIOR, Waldick. Novo El Niño acende alerta para seca e queimadas no Amazonas. A Crítica, Manaus, 5 jun. 2026. Disponível em: <https://www.acritica.com/amazonia/novo-el-ni-o-acende-alerta-para-seca-e-queimadas-no-amazonas-1.405994>. Acesso em: 1 jul. 2026.





O INPE exerce papel central no monitoramento da cobertura vegetal, da supressão de vegetação nativa, dos alertas de desmatamento e dos focos de queimadas, fornecendo informações essenciais para subsidiar decisões de órgãos ambientais, gestores públicos, pesquisadores e instituições de controle. Esses dados são fundamentais para identificar novas frentes de desmatamento, acompanhar áreas já convertidas, mapear focos de calor e compreender a dinâmica territorial da degradação ambiental.

O Cemaden, por sua vez, possui atribuições relevantes no monitoramento de riscos climáticos, hidrológicos e de desastres naturais, especialmente em um contexto de eventos extremos cada vez mais frequentes na Amazônia. A intensificação de secas, a redução dos níveis dos rios, o isolamento de comunidades, o aumento da vulnerabilidade de populações ribeirinhas e a maior exposição a queimadas e fumaça exigem sistemas de alerta, modelagens e diagnósticos capazes de antecipar riscos e orientar medidas preventivas.

Além da dimensão ambiental e climática, a discussão sobre o desmatamento no Amazonas também demanda compreensão integrada das vulnerabilidades territoriais e socioeconômicas. A ausência de alternativas produtivas sustentáveis, a baixa renda, a informalidade, a dificuldade de acesso a crédito, a precariedade logística e a falta de oportunidades para jovens e famílias do interior podem ampliar a pressão sobre áreas de floresta. Por isso, dados científicos sobre desmatamento, áreas degradadas e riscos climáticos devem ser articulados a políticas de desenvolvimento sustentável, bioeconomia, recuperação produtiva e geração de renda.

Nesse sentido, mostra-se necessário verificar se o MCTI, por meio do INPE, do Cemaden e de suas demais unidades, dispõe de estudos, bases de dados, mapas, modelos e indicadores capazes de apoiar políticas públicas voltadas ao uso sustentável de áreas já desmatadas, degradadas ou subutilizadas, evitando o avanço sobre áreas ainda preservadas. Também é relevante apurar se tais informações são disponibilizadas de forma acessível aos municípios, gestores públicos, pesquisadores e sociedade civil.

Dessa forma, buscando cumprir o meu papel representativo dos interesses da sociedade, entendo que é crucial assegurar a transparência, esclarecer dúvidas e estimular a fiscalização, logo, faz-se necessária a solicitação de informações acerca da situação,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Republicanos/AM

respeitando o interesse público e visando garantir um sistema mais justo, acessível e eficiente para todos os brasileiros.

Compreendendo que o acesso aos dados da administração pública é um direito garantido pelo artigo 5º da Constituição Federal e por diversos normativos do país, como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), que assegura o recebimento de informações a qualquer cidadão, sem necessidade de justificativa, abrangendo ações governamentais e dados orçamentários.

Considerando a extrema importância da matéria e a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poder avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as suas necessidades, solicito as informações aqui requeridas e o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, em de de 2026.

Deputado AMOM MANDEL
REPUBLICANOS/AM



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 e-mail: dep.amommandel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD260716731100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel

